



CONSULTA PRÉVIA DE ADEQUABILIDADE LOCACIONAL  
PROCESSO DATAGED Nº 2868/2018

Nº Consulta Sistema FOR2018155599	Nº Consulta CEAF 1134/2018	Data 16/08/2018	Localização Cartográfica 62-460-119-2
Inscrição IPTU 6582524	Área Total do Terreno 4.013,20	Área Construída 819,16	Área do Estabelecimento 819,16

**Resultado da Adequabilidade:**

**ADEQUADA** - Segundo a legislação vigente, a atividade pretendida é adequada no imóvel, mediante número de inscrição do IPTU informado.

**Obs.:** As atividades informadas nesta consulta pelo requerente são exercidas no local.

Zoneamento	Percentual (%)
ZONA DE OCUPAÇÃO MODERADA 2 – FRAÇÃO 100	100.0

Endereço (Sistema de Informação Territorial – SIT)	Classificação
AVENIDA DEPUTADO PAULINO ROCHA, 2000 - - CAJAZEIRAS – 60864310	VIA ARTERIAL I
RUA SUL LOT CAJAZEIRAS I	VIA LOCAL

CNAE	Denominação	Principal	Adequabilidade Via	Adequabilidade Zona
473180001	COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	SIM	ADEQUADO	ADEQUADO
473260001	COMÉRCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES	NÃO	ADEQUADO POR REENQUADRAMENTO	ADEQUADO



**CONSULTA PRÉVIA DE ADEQUABILIDADE LOCACIONAL**  
**PROCESSO DATAGED Nº 2868/2018**

<b>Nº Consulta Sistema</b> FOR2018155599	<b>Nº Consulta CEAF</b> 1134/2018	<b>Data</b> 16/08/2018	<b>Localização Cartográfica</b> 62-460-119-2
<b>Inscrição IPTU</b> 6582524	<b>Área Total do Terreno</b> 4.013,20	<b>Área Construída</b> 819,16	<b>Área do Estabelecimento</b> 819,16

**OBSERVAÇÕES GERAIS**

- Este documento é de cunho informativo, não gera direito ao funcionamento da atividade sem o devido Alvará.

Quando o imóvel onde será exercido a atividade possuir mais de uma inscrição de IPTU, a consulta deverá ser realizada utilizando todos os números de inscrição de IPTU, devendo ser selecionado o IPTU principal.

- Quando um empreendimento se situar em terreno voltado para mais de uma via, a sua implantação deverá ser ADEQUADA a pelo menos uma das vias.
- A análise para fins de Consulta Prévia de Adequabilidade Locacional será baseada, exclusivamente, nas informações fornecidas pelo requerente, como o CNAE (Classificação Nacional das Atividades Econômicas) da atividade, o nome do representante legal e o número do seu CPF (Cadastro de Pessoa Física), o número do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) do imóvel pretendido, a área do estabelecimento, a área construída e a área do terreno.
- A identificação da Zona à qual está inserido o imóvel pretendido será localizada pelo sistema a partir do número do IPTU informado pelo requerente.
- Para o funcionamento do estabelecimento, os dados fornecidos como o endereço e as áreas informadas pelo requerente deverão estar de acordo com os do IPTU. Se houver divergência, o requerente deverá procurar a Secretaria das Finanças (Sefin) para correção/atualização, sob pena de nulidade da Consulta e/ou cassação do Alvará de Funcionamento.
- Para o funcionamento do estabelecimento, quando se tratar de atividades desenvolvidas em residências, o requerente deverá procurar a Secretaria das Finanças (Sefin) para desmembrar o IPTU. Dessa forma, o sistema poderá identificar a área utilizada pela atividade para que se possa analisar com segurança os impactos urbanísticos e ficar claro para a fiscalização a veracidade das informações.
- Para o funcionamento do estabelecimento, quando se tratar de alteração de área do estabelecimento onde se desenvolve a atividade, o requerente deverá procurar a Secretaria Regional do bairro onde o imóvel está situado a fim de proceder o desmembramento ou remembramento do lote.
- Para os estabelecimentos que pretendam se instalar em imóvel a ser construído ou que necessitem de reforma, com ou sem acréscimo, será necessário solicitar o Alvará de Construção junto à Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente – SEUMA.
- Para pequenas reformas que não impliquem em demolição de paredes estruturais, podendo, entretanto, constar de acréscimo de até 40,00 M<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados), com colocação de lajes tipo PM, volterrana, gesso ou similar, deve-se solicitar licença especial de "Reparos Gerais" na Secretaria Regional do bairro onde está localizado o imóvel.

Atesto para os devidos fins e efeitos legais que todas as informações prestadas, foram concedidas de boa fé, de conformidade com a legislação aplicada ao certame administrativo epígrafado.

**Assinatura do Requerente**



Prefeitura de  
**Fortaleza**  
Secretaria Municipal de  
Urbanismo e Meio Ambiente

**CONSULTA PRÉVIA DE ADEQUABILIDADE LOCACIONAL**  
**PROCESSO DATAGED Nº 2868/2018**

<b>Nº Consulta Sistema</b> FOR2018155599	<b>Nº Consulta CEAF</b> 1134/2018	<b>Data</b> 16/08/2018	<b>Localização Cartográfica</b> 62-460-119-2
<b>Inscrição IPTU</b> 6582524	<b>Área Total do Terreno</b> 4.013,20	<b>Área Construída</b> 819,16	<b>Área do Estabelecimento</b> 819,16

**PROCESSO Nº 2868/2018**

**REQUERENTE: POSTO DUNAS LTDA**

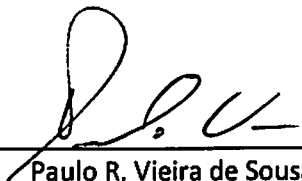
Conforme tabela 8.4, anexo 8 da Lei do Parcelamento, uso e Ocupação do Solo – LPUOS, nº 236 de 11 de agosto de 2017, a atividade classificada por similaridade como Posto de abastecimento (álcool carburante, gasolina e demais derivados do refino de petróleo), código 50.50.41, Grupo Comercial, Subgrupo Inflamáveis – INF, classe 4 é adequada à via e à zona em que se encontra.


Adequabilidade conforme consulta FOR2016040206, Processo Dataged nº 18357/2016 (fls. 40 e 41).

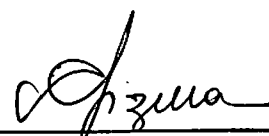
Considerando que o requerente apresentou a matrícula nº 84819, com a Averbação de Construção nº 07/84819 no verso da folha 21, comprovando a regularidade da propriedade e construção. É importante ressaltar que a empresa objeto desta consulta apresentou o Alvará de Funcionamento.

Diante o do exposto a atividade no referido imóvel é **ADEQUADA**.

Fortaleza, 16 de agosto de 2018.

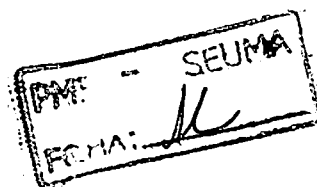
  
Paulo R. Vieira de Sousa  
Analista CEAF / COL

  
Marcela Napoleão G. Albuquerque  
Gerente CEAF / COL

  
Gizella Melo Gomes  
Coordenadora de Licenciamento  
SEUMA



Prefeitura de  
**Fortaleza**



## CONSULTA PRÉVIA DE ADEQUABILIDADE LOCACIONAL - ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

<b>Nº Consulta</b> FOR2018155599	<b>Data/Hora</b> 12/03/2018 17:02	<b>Insc. IPTU</b> 6582524	<b>Localização Cartográfica</b> 62-460-119-2
<b>Área Total do Terreno</b> 4.013,20	<b>Área Construída</b> 819,16	<b>Área Estabelecimento</b> 819,16	

Zoneamento	Percentual(%)
ZONA DE OCUPACAO MODERADA 2 - FRACAO 100	100.0

Endereço (Sistema de Informação Territorial - SII)	Classificação
AVENIDA DEPUTADO PAULINO ROCHA, 2000 - - CAJAZEIRAS - 60864310	VIA ARTERIAL I
CAJAZEIRAS SUL LOT CAJAZEIRAS I	VIA LOCAL

CNAE	Denominação	Principal	Adequabilidade Via	Adequabilidade Zona
473180001	COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	SIM	PROCESSO FÍSICO	PROCESSO FÍSICO
473260001	COMÉRCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES	NÃO	ADEQUADO POR REENQUADRAMENTO	ADEQUADO

### Resultado da Adequabilidade

#### PROCESSO FÍSICO -

Considerando a legislação vigente e a análise concomitantemente da localização (IPTUs), das áreas informadas, e das atividades a serem exercidas no local (CNAEs): o resultado da adequabilidade para CONSTRUÇÃO ou FUNCIONAMENTO deste empreendimento necessita de mais informações e parecer técnico específico. Procure a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, cujo as instruções encontram-se disponíveis no seguinte link: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/urbanismo-e-meio-ambiente/111-consulta-previa-de-adequabilidade-locacional-processo-fisico>



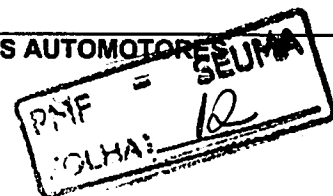
12/03/2018 17:03

Fortaleza Online - Consulta de Adequabilidade

<b>Nº Consulta</b> FOR2018155599	<b>Data/Hora</b> 12/03/2018 17:02	<b>Insc. IPTU</b> 6582524	<b>Localização Cartográfica</b> 62-460-119-2
-------------------------------------	--------------------------------------	------------------------------	---

### ANÁLISE DE ADEQUABILIDADE DETALHADA

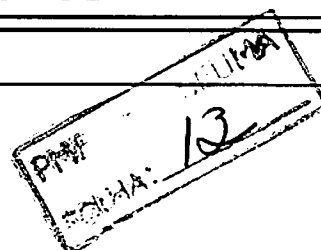
CNAE	ATIVIDADE
473180001	COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES
Nº Luos:	50.50.41
Área:	4.013,20
Grupo:	Comercial
Subgrupo:	Inflamável
Sigla:	INF
Classe:	4
Observações:	Sem observação
Vagas:	1 vaga / 100 m² A.C.C.
Observações Vagas:	Sem observação
Adequabilidade Via:	PROCESSO FÍSICO
Adequabilidade Zona:	PROCESSO FÍSICO



Normas da Via:

<b>Nº Consulta</b> FOR2018155599	<b>Data/Hora</b> 12/03/2018 17:02	<b>Insc. IPTU</b> 6582524	<b>Localização Cartográfica</b> 62-460-119-2
-------------------------------------	--------------------------------------	------------------------------	---

CNAE	ATIVIDADE
473260001	COMÉRCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES
Nº Luos:	52.40.11
Área:	819,16
Grupo:	Comercial
Subgrupo:	Inflamável
Sigla:	INF
Classe:	-
Observações:	Sem observação
Vagas:	-
Observações Vagas:	Sem observação
Adequabilidade Via:	ADEQUADO POR REENQUADRAMENTO (Nº LUOS:51.51.96)
Adequabilidade Zona:	ADEQUADO



**Normas da Via:**

- 4 Deverá ter área própria para carga e descarga, observando o disposto nos Anexos 8.1 e 8.2.
- 7 Deverá ter projeto especial de segurança de pedestres.

<b>Nº Consulta</b> FOR2018155599	<b>Data/Hora</b> 12/03/2018 17:02	<b>Insc. IPTU</b> 6582524	<b>Localização</b> 62-460-179-2
-------------------------------------	--------------------------------------	------------------------------	------------------------------------

PMF  
SELIMA  
FOLHA 19

### Inscrições Territoriais do Empreendimento

IPTU	Endereço	Área do Terreno Sefin
6582524	End.: AVENIDA DEPUTADO PAULINO ROCHA, Nº 0, Compl.: -, Bairro: CAJAZEIRAS, Cep.: 60864310	4.013,20

<b>Nº Consulta</b> FOR2018155599	<b>Data/Hora</b> 12/03/2018 17:02	<b>Insc. IPTU</b> 6582524	<b>Localização Cartográfica</b> 62-460-119-2
-------------------------------------	--------------------------------------	------------------------------	---

### Classificação de Risco Sanitário

<b>CNAE</b>	<b>Denominação</b>	<b>Risco Sanitário</b>
473180001	COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	BAIXO
473260001	COMÉRCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES	BAIXO



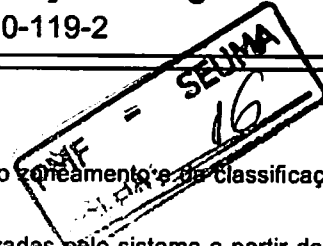
Nº Consulta  
FOR2018155599

Data/Hora  
12/03/2018 17:02

Insc. IPTU  
6582524

Localização Cartográfica  
62-460-119-2

### OBSERVAÇÕES GERAIS



1. A adequabilidade das atividades em todo o Município de Fortaleza se dá em função do zoneamento e da classificação viária, conforme disposto no Art. 64 da Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS.
2. A identificação da(s) Zona(s) e da(s) via(s), onde está inserido o imóvel, foram localizadas pelo sistema a partir do(s) número(s) do(s) IPTU(s) informado(s) pelo requerente quando da solicitação da consulta.
3. A alteração de quaisquer dados informados para emitir a Consulta (IPTU, área total do terreno, área construída, área do estabelecimento ou atividades (CNAE)) implicará na anulação desta, sendo necessária a realização de uma nova consulta.
4. A consulta de adequabilidade não regulariza a edificação, apenas informa que o exercício da atividade, com a área indicada é adequada no endereço do IPTU informado.
5. Os dados utilizados no preenchimento da solicitação da consulta como o endereço do estabelecimento e as áreas deverão estar de acordo com os dados do(s) IPTU(s) informado(s), sob pena de nulidade da Consulta e/ou cassação dos documentos emitidos com base nesta.
6. A consulta terá o resultado DEFERIDO quando a área do estabelecimento e atividades(s) exercida(s) no local forem adequadas à via e a Zona identificadas a partir do(s) IPTU(s) informado(s).
7. A Consulta tem o resultado PROCESSO FÍSICO quando em razão do zoneamento ou da(s) atividades(s) exercidas sejam necessárias maiores informações e parecer técnico específico a ser emitido pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA. Neste caso deverá ser protocolado processo físico diretamente na SEUMA. Para maiores orientações acessar o Canal Urbanismo e Meio Ambiente, através do seguinte link: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/urbanismo-e-meio-ambiente/111-consulta-previa-de-adequabilidade-locacional-processo-fisico>
8. A consulta tem o resultado PROJETO ESPECIAL quando assim for determinado pela Lei de Uso e Ocupação do Solo, em razão da especificidade da(s) atividade(s) exercida(s) e/ou da área do estabelecimento, necessitando de maiores informações e parecer técnico específico a ser emitido pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA. Neste caso deverá ser protocolado processo físico diretamente na SEUMA. Para maiores orientações acessar o Canal Urbanismo e Meio Ambiente, através do seguinte link: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/urbanismo-e-meio-ambiente/111-consulta-previa-de-adequabilidade-locacional-processo-fisico>
9. Se a área informada ultrapassar o limite legal previsto no Anexo 5 da Lei de Uso e Ocupação do Solo, ou se uma da(s) atividade(s) informada(s) como exercidas no local for(em) inadequada(s) a via e/ou a zona a consulta será INDEFERIDA.
10. Para as consultas INDEFERIDAS verificar se atende o disposto no o Art. 279 da Lei de Uso e Ocupação do Solo, abaixo transcrito, e em caso afirmativo comparecer Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente – SEUMA, de posse da Consulta Indeferida e da documentação que comprove o exercício da atividade em data anterior ao dia 11 de Agosto de 2017.

Art. 279. Será permitida a manutenção das atividades e empreendimentos considerados inadequados à via ou zona, implantados até a publicação da presente Lei.

§ 1º Não se beneficiam com o disposto neste artigo, os empreendimentos e as atividades:

- I – localizados em Zona de Preservação Ambiental - ZPA, em logradouros públicos ou em bens públicos;
- II - que por força de lei específica municipal, estadual ou federal, afaste a incidência do caput deste artigo;

§ 2º Os empreendimentos e as atividades enquadradas no § 1º terão o prazo máximo de até 36 (trinta e seis) meses para encerrarem as atividades no local, providenciando a retirada de todas as estruturas instaladas e a recomposição de áreas eventualmente degradadas.

§ 3º Aplicar-se-á o disposto no § 2º para os empreendimentos ou atividades parcialmente situados em Zona de Preservação Ambiental - ZPA, permitindo-se a sua permanência na área remanescente, desde que o empreendedor retire as estruturas instaladas na ZPA e recupere a área degradada.

§ 4º A possibilidade de manutenção do empreendimento ou atividade considerado inadequado à via ou à zona, enquadrado como Projeto Especial na legislação municipal, não exime o proprietário de adequar-se aos índices e parâmetros urbanísticos e edifícios, por meio de sua regularização.

§ 5º Os critérios para a regularização de empreendimentos ou atividades a que se refere o § 4º, serão regulamentados por decreto municipal em até 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei.

11. Se o estabelecimento estiver localizado nas Zonas Especiais de Dinamização Urbanística e Socioeconômica (ZEDUS), Zona da Orla (ZO) - Trechos I, II, III, IV, VI e VII -, Zona de Recuperação Ambiental (ZRA) e Zona de Interesse Ambiental (ZIA), a adequabilidade da(s) atividade(s) ocorre apenas em função do zoneamento, observado o disposto no Art. 65 da LUOS.

**Nº Consulta**

FOR2018155599

**Data/Hora**

12/03/2018 17:02

**Insc. IPTU**

6582524

**Localização Cartográfica**

62-460-119-2

PMF

FOLHA:

17

12. Para estabelecimentos situados em terrenos com frente para mais de uma via, a implantação da atividade deverá ser ADEQUADA a pelo menos uma das vias e deverá observar ainda as disposições contidas no Art. 72 da Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS.

13. Deverão ser preservadas as faixas de alargamento das vias, nas dimensões previstas na legislação em vigor, e caso ocupadas, o requerente deverá ter ciência que quando da efetiva implantação do alargamento não terá direito a indenização sobre quaisquer benfeitorias realizadas no imóvel que incidirem nas respectivas faixas.

14. A consulta de adequabilidade não autoriza o exercício de atividades em logradouros ou bens públicos, sendo condicionado o exercício da(s) atividade(s), nestes casos, a Autorização, Permissão ou Concessão do Poder Público, conforme legislação aplicável.

15. O estabelecimento deverá possuir o número de vagas de estacionamento, informado na Consulta no campo "Análise de viabilidade detalhada", bem como deverá atender as exigências de vagas para carga, descarga, taxi, embarque e desembarque, conforme definido no anexo 8.3 da LUOS.

16. O exercício da(s) atividade(s) deverá garantir o atendimento à legislação ambiental, e ocorrer com o adequado controle dos riscos de poluição sonora e visual, do ar, da água, do solo e do subsolo e outros.

17. A consulta de adequabilidade é de cunho informativo não gerando direito ao funcionamento da (s) atividade (s) sem o respectivo Alvará de Funcionamento e demais licenças necessárias.

18. Para o adequado funcionamento do estabelecimento deverão ser solicitados, de acordo com a legislação aplicável os seguintes documentos:

- Aprovação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ou isenção do referido plano, no site da Seuma, através do seguinte link: <http://portal.seuma.fortaleza.ce.gov.br/fortalezaonline/portal/>

- Licença Ambiental ou isenção da licença, no site da Seuma, através do seguinte link:  
<http://portal.seuma.fortaleza.ce.gov.br/fortalezaonline/portal/>

- Alvará de Funcionamento, que poderá ser solicitado no site da Seuma, através do seguinte link:  
<http://portal.seuma.fortaleza.ce.gov.br/fortalezaonline/portal/inicioalvarafuncionamento.jsf> para as atividades passíveis de Alvará Fácil, nos demais casos a solicitação deverá ser protocolada na Secretaria Regional do bairro correspondente.

- Licença Sanitária, que poderá ser solicitado no site da Seuma, através do seguinte link:  
<http://portal.seuma.fortaleza.ce.gov.br/fortalezaonline/portal/iniciolicencasanitaria.jsf> para as atividades classificadas como baixo risco sanitário, nos demais casos a solicitação deverá ser protocolada na Secretaria Regional do bairro correspondente.

- Licença da publicidade associada ao estabelecimento, diretamente na Seuma, para maiores informações acessar o link abaixo: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/servicos/229-propaganda-e-publicidade>

- Autorização Especial de Utilização Sonora (AEUS), quando o estabelecimento fizer uso de equipamento sonoro, diretamente na Seuma, para maiores informações acessar o link abaixo:

- <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/urbanismo-e-meio-ambiente/275-autorizacao-especial-de-utilizacao-sonora-para-estabelecimentos>

- Relatório de Impacto no Sistema de Trânsito (RIST), aprovado pela da Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC), para os empreendimentos que exercerem atividades classificadas como Polo Gerador de Viagens (PGV).

<b>Nº Consulta</b> FOR2018155599	<b>Data/Hora</b> 12/03/2018 17:02	<b>Insc. IPTU</b> 6582524	<b>Localização Cartográfica</b> 62-460-119-2
-------------------------------------	--------------------------------------	------------------------------	---

PMF - SEUMA  
ALMA: 18

**Nº Consulta**

FOR2018155599

**Data/Hora**

12/03/2018 17:02

**Insc. IPTU**

6582524

**Localização Cartográfica**

62-460-119-2

**TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE**

Declaro, sob as penas da lei, que as informações prestadas no ato de preenchimento da presente Consulta são de minha inteira responsabilidade, sendo considerada nula se efetuada com informações falsas, erradas ou simuladas. Declaro, ainda, estar ciente de que a falsidade das declarações prestadas pode implicar na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art. 299 do Código Penal: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular."

Declaro, ainda, que estou ciente de que esta Consulta é de cunho informativo, não gerando direito ao funcionamento da atividade sem o devido Alvará de Funcionamento.

Declaro, por fim, que estou ciente de que o Alvará de Funcionamento concedido, com base na presente Consulta, perderá sua eficácia e o estabelecimento será imediatamente fechado, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cíveis e criminais previstas na legislação vigente, quando ocorrer qualquer uma das hipóteses previstas a seguir:

I - Ficar comprovada a falsidade ou inexistência de qualquer declaração ou documento, ou o descumprimento de qualquer obrigação assumida através deste TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE;

II - Ficar comprovada a ausência dos requisitos que fundamentaram a expedição do Alvará;

III - Ocorrer oferta ou promessa de vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, acelerar, omitir ou retardar ato de ofício.

IV - For constatado o descumprimento das obrigações impostas por lei ou por ocasião da expedição do alvará;

V - For constatado o desvirtuamento do uso licenciado, com o exercício de atividade diversa daquela que foi autorizada;

VI - quando ocorrer mudança de endereço do estabelecimento, alteração da área, alteração da razão social ou modificação da atividade sem que o responsável obtenha previamente novo alvará de funcionamento;

VII - como medida preventiva, a bem da higiene, da moral, da segurança, do sossego e bem-estar públicos;

VII - quando o licenciado se negar a exibir o alvará ou a entregá-lo para fins de conferência da autoridade fiscal municipal.

**Representante Legal:** SIMONE OLIVEIRA TEIXEIRA**CPF:**

04552350315

**Requerente:**

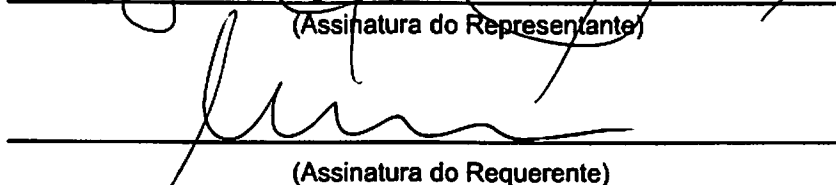
ADRIANO RODRIGUES FARIAS

**CPF:**

36224049300

**Data:** 12/03/2018

x   
(Assinatura do Representante)

  
(Assinatura do Requerente)

<b>Nº Consulta</b> FOR2018155599	<b>Data/Hora</b> 12/03/2018 17:02	<b>Insc. IPTU</b> 6582524	<b>Localização Cartográfica</b> 62-460-119-2
-------------------------------------	--------------------------------------	------------------------------	---

## CHECK LIST - CONSULTA DE ADEQUABILIDADE LOCACIONAL PROCESSO FÍSICO

### PESSOA FÍSICA

- Requerimento Nº 16 – Adequabilidade Locacional, devidamente preenchido e assinado pelo requerente;
- RG e CPF;
- Resposta da Consulta de Adequabilidade Locacional via internet ou Nº do protocolo;
- Comprovante de endereço com CEP (oficial) do imóvel, caso não possuir, apresentar Certidão de atualização de endereço;
- Matrícula do terreno (atualizada), caso não possuir apresentar a Certidão (atualizada) do CRI da Zona competente;
- IPTU; g) Caso o terreno esteja localizado em Zona Especial de Interesse Social Tipos 2 e 3, Zona de Preservação Ambiental ou Zona de Requalificação Ambiental, contrato do imóvel firmado com o ente público ou instituição financeira;



### PESSOA JURÍDICA E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

- Requerimento Nº 16 – Adequabilidade Locacional, devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da empresa;
- CNPJ, caso não existir, RG e CPF do Sócio Gerente ou responsável;
- Resposta da Consulta de Adequabilidade Locacional via internet ou Nº do protocolo;
- Contrato Social arquivado na Junta Comercial e o último ADITIVO (caso existir); e) Matrícula do terreno (atualizada), caso não possuir apresentar a Certidão (atualizada) do CRI da Zona competente;
- Memorial Descritivo da atividade realizada (assinada pelo sócio gerente ou responsável);
- Caso o terreno esteja localizado em Zona Especial de Interesse Social Tipos 2 e 3, Zona de Preservação Ambiental ou Zona de Requalificação Ambiental, contrato do imóvel firmado com o ente público ou instituição financeira;
- Licenças expedidas pela SEUMA (caso não possua, apresentar uma declaração que o requerente irá se regularizar);
- Alvará de funcionamento (caso não possua, apresentar uma declaração que o requerente irá se regularizar);
- Termos de compromisso (celebrado com o ente público, caso existir);

**OBS 1:** Quando não for possível o sistema responder à Consulta de forma automática, será necessário o requerente informar o número do protocolo da mesma. Nesses casos, a resposta no sistema é direcionada, no ambiente on-line do requerente, para área de canceladas.

**OBS 2:** Para tramitação de processos nessa secretaria através de terceiros, deverá apresentar procuração reconhecida firma ou autorização da empresa.

**OBS 3:** Caso necessário, a SEUMA tem direito de requerer quaisquer documentos complementares que julgue necessário para a continuidade do processo.

**OBS 4:** O requerente poderá anexar quaisquer outros documentos auxiliares comprovantes de atividade.

**IMPORTANTE:** As notificações relativas aos processos protocolados serão expedidas exclusivamente através do sistema DataGED. O requerente receberá login e senha do sistema virtual e é de sua inteira responsabilidade o acompanhamento do processo e dos prazos estabelecidos pela SEUMA.

Mais informações: Célula de Alvará de Funcionamento e Outras Autorizações - CEAF - Fone: (85) 3482.8018.  
Atendimento ao público na Central de Atendimento de segunda à sexta de 8h às 16h30min.  
Atendimento nos setores de segunda à sexta das 8h às 12h.